

“Em Bebedouro ...”(?!) ou nos trilhos de outras histórias: trabalhadores, organização e resistência no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964 em Alagoas

FERNANDO ANTONIO MESQUITA DE MEDEIROS*

Por muitos anos perdurou na historiografia alagoana um silêncio tumular sobre o Golpe Civil-Militar em Alagoas. Quando o tema passou a ser abordado prevaleceu a tese da “cunha”, reproduzindo Moniz Bandeira, de que Alagoas funcionou (ou deveria ter funcionado) como um anteparo a seccionar as esquerdas e as organizações de trabalhadores de Pernambuco e de Sergipe. Essa tese, tomada por si, mesmo que explicita uma dimensão dessa história, tende a reproduzir a ideia de uma Alagoas como uma ilha de tranquilidade em meio ao caos, ao “vandalismo”, à “baderna”, à “esculhambação” reinante no país, obscurecendo e silenciando as vozes da mobilização e da resistência. Uma nova historiografia que se vem produzindo sobre o período, apoiada em acervos e fontes, em boa medida não utilizadas ou até então inacessíveis, tem buscado superar essa tese. Esse texto se propõe a contribuir com ela.

A partir das frentes de pesquisa abertas pela nova historiografia das esquerdas em Alagoas (nova historiografia que vem sendo construída a partir dos trabalhos de Luiz Sávio de Almeida, Osvaldo Maciel, Golbery Lessa, Geraldo de Magela Marques e Alberto Saldanha, aos quais se somam mais recentemente as investigações desenvolvidas por Anderson Vieira Moura, Airton de Souza Melo e Gustavo Bruno Costa Neri, novas abordagens estão sendo propostas, novos problemas estão sendo colocados, e fontes pouco ou ainda não exploradas dos acervos alagoanos estão sendo utilizadas, aos quais se somam a produção de fontes com o recurso aos métodos da história oral; novos desafios e novas perguntas se apresentam.

A conjuntura atual, com a ampliação dos saberes sobre essas esquerdas que vem sendo empreendida por essa nova historiografia, associado à nova política de acesso aos arquivos, com acervos documentais que se vão tornando acessíveis com novas políticas em torno dos arquivos dos DOPS e de outras agências vinculadas aos aparelhos de segurança, repressão e investigação, sobretudo a partir da instauração do Projeto Memórias Reveladas e

mais recentemente da instalação da Comissão Nacional da Verdade, vai se tornando cada dia mais nítida a necessidade de um esforço coletivo e também institucional para tornar “fisicamente” acessível a documentação referente a Alagoas, esparsa em diversos arquivos, acervos e fundos espalhados Brasil afora, particularmente em instituições arquivísticas de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, para possibilitar o avanço dessa nova historiografia e a resposta a esses novos desafios.

Precisamos considerar a existência e importância dessas fontes presentes nesses diversos acervos fora de Alagoas, de modo a podermos cruzar o conteúdo desses fundos, desenvolvendo uma ação de curto e médio prazo possa “repatriar” essa documentação a partir de sua reprodução (seja por meio de microfilmagem, seja por meio de um processo rigoroso de digitalização).

Com isso não se tem a intenção de pensar que é possível preencher todas as lacunas ou encaixar todas as peças de um quebra-cabeça, pois toda história, enquanto escrita, é uma construção essencialmente lacunar, fragmentária e é entre esses interstícios que se desenvolve o trabalho mais criativo do historiador. O que se quer pensar é a necessidade de tecer teias com base em uma perspectiva indiciária e contextual (que se tece com base em indícios, em fragmentos documentais). O momento é mais que oportuno e essa não deve ser uma tarefa de pesquisadores isolados, mas sim uma tarefa coletiva.

Pensando essa nova historiografia das esquerdas, é possível encontrar Alagoas sempre que militantes, organizações, partidos, são tocados/alcançados pelos braços e mãos investigativos e repressivos do Estado (através de sua polícia política, órgãos de investigação e Tribunais Militares) ; é possível perceber como a conjuntura econômica, política e social era lida, de forma muitas vezes arguta, tanto pelos agentes desse Estado policial (pelos agentes da repressão, seus “arapongas”, demonstrando algumas vezes uma leitura aguçada dessa “realidade”) quanto pelos militantes de esquerda e por suas organizações. As fontes presentes nesses diversos arquivos se cruzam e ajudam a compor um painel, mesmo que bastante provisório e cheio de lacunas, mas bastante instigante ao trabalho do historiador das esquerdas em Alagoas, contribuindo para responder às novas questões, problemas e demandas que começam a serem colocadas por essa nova historiografia, uma historiografia que busca

estudar essas esquerdas tendo por referência a abordagem da História Social, objetivando, portanto, “entender como é que elas chegam nos trabalhadores”. (Antonio Luigi Negro)

A despeito dessa nova historiografia, tem prevalecido um *sentimento* de rejeição, de ausência de reconhecimento por parte de segmentos da sociedade alagoana (classes, estratos, setores intelectualizados (elite intelectual de feição conservadora)), em relação à capacidade de organização, mobilização e resistência dos trabalhadores e dos segmentos subalternos, num efetivo *movimento* no sentido de os *ignorar ativamente*. Prevalece o discurso *antimultitudinário*, para usarmos os termos de Dirceu Lindoso para o caso da “Utopia Armada” do movimento dos Cabanos. Esse discurso, esse *movimento* serão recorrentes na história de Alagoas e se reproduzem constantemente como se fez recentemente em relação à interpretação do que foi e significou o Golpe Civil-Militar de 1964 em/para Alagoas. Eles continuam sendo atualizados e são recorrentes, como se pode constatar no artigo que citamos abaixo:

Em Bebedouro, a repercussão do golpe militar de 1964 não poderia ter sido mais positiva. Com efeito, nós do Bebedourense e do Juventus, os times da “turma da Praça”, vivíamos chateados com a esculhambação que reinava no País. Jornais e revistas da época mostravam imagens que derrapavam do protesto ao autêntico vandalismo. Ninguém de sã consciência saberia dizer aonde aquela baderna iria terminar.

A grande verdade que muita gente quer hoje negar é que o golpe militar de 64 teve o apoio maciço da população. As forças armadas tinham consolidado um conceito moral acrescido pela participação na segunda guerra, apenas 20 anos antes. A propaganda induzia a pensar nos militares como heróis e mártires que haviam arriscado ou até sacrificado suas vidas para varrer o nazismo do planeta. A interferência dos militares num governo que havia perdido a autoridade e o rumo soaram naturais. O papel de guardião da nação encaixava-se como uma luva¹. (MENDONÇA, 05 fev. 2011: A4.)

Publicado em 05 de fevereiro de 2011 na página de opinião da *Gazeta de Alagoas*², o texto acima, intitulado “Um pouco de História”, toma de forma generalizada o apoio de

* Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

¹ Devo a Osvaldo Batista Acioly Maciel a identificação e disponibilização desse artigo que motivou a produção do presente texto.

² A *Gazeta de Alagoas* é uma das empresas da Organização Arnon de Mello, um enorme complexo na área das comunicações, composta por rádios (AM e FM), emissora de TV, jornal, instituto de pesquisa, etc. É de

alguns setores ou estratos da população ao Golpe Civil-Militar de 1964, sem considerar o posicionamento de outros setores ou estratos e muito menos de grupos e classes (bem como de seus partidos e sindicatos). O autor parte de seu próprio lugar social, de seu olhar de classe para generaliza-lo a toda a “população”. Deixa de considerar que o espaço que ocupa com a sua “turma da Praça”, no “Centro” do tradicional bairro de Bebedouro, na Praça da Matriz de Santo Antonio, em Maceió, era um espaço habitado pela elite local, pela classe média e alta. Deixa de considerar que não muito distante dali, interligadas pelo mesmo trem que trafegava pela linha férrea localizada aos fundos da Igreja Matriz, havia regiões marcadas pela vida, militância e cultura operária, no vizinho bairro do Bom Parto, no vizinho distrito de Fernão Velho, na cidade de Rio Largo e que provavelmente tiveram muito pouco haver com esse “apoio maciço da população ao golpe militar de 64”. Deixa de considerar que Bebedouro não era só a Praça da Matriz, mas também a periferia em torno desse Centro, habitada por uma população pobre, composta de trabalhadores, muitos dos quais se serviam, dos mesmos vagões de passageiros que seus companheiros de classe da cidade de Rio Largo e dos bairros de Fernão Velho e do Bom Parto. Deixa de considerar que após o 01 de abril daquele ano, no calor da hora, o mesmo jornal que contemporaneamente publica seu artigo, noticiava a resistência de trabalhadores sindicalizados e a prisão de diversos deles pelas forças de segurança, não apenas públicas, mas também compostas por milicianos a serviço dos coronéis da ocasião.

O que escapa ao autor dessas notas é que o seu relato resulta da construção de uma versão, mediada pela ação sempre seletiva da memória, que impõe um filtro que resulta de uma teia onde estão presentes a origem social do sujeito e de seu grupo de convívio, de sua trajetória de vida, de suas opções ou orientações políticas e ideológicas. Nesse contexto o apagamento, o “esquecimento” de outras experiências ou de outras versões foi a regra. Daí que seu relato, sua versão, que pode ser também a mesma de seu grupo social ou de interesse, se transforma, se transfigura, a partir de uma leitura particular daqueles eventos, na história em si, história da qual o autor nos estaria oferecendo “um pouco”, uma pequena dose.

O autor com esse seu texto, nos dá a oportunidade, de captar “a ideologia em movimento”³ através do processo de construção da versão que nos foi apresentada. Diante desses processos, mediados pela relação entre história e memória, confrontando as diversas versões, possibilitando a expressão das múltiplas experiências dos sujeitos, e estabelecendo a crítica a elas, cabe ao pesquisador, como acentua Aspásia Camargo, desvendá-las, “buscando dar a palavra ‘final’, sempre provisória, para temas [...] submetidos ao fogo cruzado dos interesses e das ideologias”. (CAMARGO, 2005: 15)

Ao contrário do que a imagem construída pelo autor do artigo pretendeu demonstrar, efetivamente o clima político era tenso em Alagoas e particularmente em Maceió às vésperas do Golpe. A mídia local, através dos jornais de grande circulação, a exemplo da Gazeta, mas também do Jornal de Alagoas, dava notícias de confrontos entre partidários e opositores do governo Goulart e da ação policial-militar, coordenada pelo então governador Major Luiz Cavalcante, contra os movimentos sociais que apoiavam as ações do governo federal e lutavam pela realização das Reformas de Base.

A edição de 31 de março do Jornal de Alagoas noticiou a violenta ação repressiva dos órgãos de segurança do estado quando foi impedida a realização na capital do comício pelas reformas de base, organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Diretório Central dos Estudantes (DCE) e União Estadual dos Estudantes Alagoanos (UEEA). Registrava aquele jornal que Luiz Cavalcante alegava que buscava com isso evitar “um choque de conseqüências imprevisíveis” entre este grupo e o mobilizado pelo *Movimento Feminino Pró-democracia*, que realizaria a duzentos metros do local onde aconteceria o comício pelas reformas de base, o parque Rodolfo Lins, uma concentração em repúdio a tal comício e à esperada presença do governador de Pernambuco Miguel Arraes e do deputado federal Leonel Brizola. (*Jornal de Alagoas*, 31 mar. 1964: 1).

³ Para a compreensão da *versão* como representação da ideologia em movimento, no caso particular da história oral, veja-se CAMARGO, 2005: p. 14. Enquanto em outras fontes documentais “a ideologia se cristaliza em um momento qualquer do passado, [...] a *versão* representa a ideologia em movimento” na medida em que “tem a particularidade, não necessariamente negativa, de ‘reconstruir’ e totalizar, reinterpretar o fato”. O que a autora afirma referindo-se à história oral, não é menos correto para a *versão* que nos é apresentada sobre um fato, décadas após sua ocorrência, em um artigo de jornal.

Com efeito, não era improvável a presença desses governadores em Alagoas para participar daquele comício. No ano anterior Miguel Arraes, bem como o governador de Sergipe Seixas Dória, teriam estado presentes ao Seminário Operário-Camponês-Estudantil (*Jornal de Alagoas*, 26 abr. 1963: 4), o que ressalta ou nos dá uma ideia do caráter político e ideológico do qual se revestia o evento.

A realização em 1963 do que órgãos da imprensa local chamaram de “Congresso” Operário-Camponês-Estudantil, despertou a ira do editor do *Jornal de Alagoas* que insinuou que este teria o objetivo de agitar Alagoas que naquele momento seria “uma ilha de tranquilidade no Brasil ensandecido dos últimos tempos”. (*Jornal de Alagoas*, 26 abr. 1963: 4) Além disso, o editor se dizia espantado com a presença de um padre como conferencista (o Pe. Humberto Cavalcante) no início do “Congresso”, “que assim quer tirar sua lasquinha com as esquerdas”. O Pe. Humberto respondeu à redação daquele jornal através de carta que foi publicada na edição do dia seguinte. O texto publicado além de ser importante por si mesmo, na medida em que expressa a postura de uma parcela do clero da arquidiocese e as relações de proximidade entre setores da Igreja Católica e os movimentos sociais em Alagoas, revela ainda uma leitura particular da doutrina social da Igreja. De acordo com o texto do Pe. Humberto ele participaria de seminários como aquele sempre que convidado a, como conferencista, “dar testemunho de uma doutrina e de um pensamento que possuo”. (*Jornal de Alagoas*, 27 abr. 1963: 4) Essa doutrina é a doutrina social da Igreja “desconhecida por muitos ou conhecida somente na proporção em que interessa para a permanência de um ‘status quo’ de miséria, de fome e de morte a curto prazo”. (*Jornal de Alagoas*, 27 abr. 1963: 4) Essa doutrina tem haver com “uma multidão de subhomens [sic], de marginais da sociedade nos quais é difícil pensar na salvação eterna, porque lhes falta o mínimo de condição humana de vida”. A Igreja não seria, portanto, ópio do povo “mas que muitos desejariam que ela o fosse, se se prestasse a ficar ausente na hora em que os seus filhos morrem, vítimas de uma estrutura desumana e miserável”. A Igreja está ao lado do povo “na hora em que este povo se levanta para a reivindicação dos seus direitos, [...]”. (*Jornal de Alagoas*, 27 abr. 1963: 4) Pe. Humberto, ainda na carta, condena o capitalismo estatal e privado e diz não ser comunista ou marxista como o acusam, mas considera que as esquerdas “possuem muito mais estudo, muito mais coragem, muito mais capacidade de afirmação para retirarem a máscara da face

asquerosa do verdadeiro inimigo do povo”, (*Jornal de Alagoas*, 27 abr. 1963: 4) expressando uma “simpatia” que revela um *sentimento*⁴ que se tornava comum no interior da Igreja Católica em Alagoas em sintonia com o movimento que se fazia em nível nacional.

Era, portanto, no tenso clima entre opositores e apoiadores do Governo Goulart e das reformas de base (com uma organizada, forte e resistente organização sindical e popular) em que se insere a ação repressiva maestrada por Luiz Cavalcante.

As proporções do aparato policial-militar montado pelo governo do estado, e do qual dava conta o mesmo *Jornal de Alagoas*, eram grandes por demais para ser usado na repressão a apenas um comício. Preparavam-se para um incidente de maiores proporções, esperando a ação de elementos “comunistas” provenientes de estados vizinhos, e por isso, “[...] *nas estradas entre capital e a fronteira de Pernambuco, caminhões de gente armada também estavam prontos para o choque*”. (*Jornal de Alagoas*, 31 mar. 1964: 1) Por pouco não foi o próprio governador o responsável por um verdadeiro banho de sangue em Maceió.

Na capital todas as vias de acesso ao parque Rodolfo Lins foram tomadas pela polícia:

com tropas armadas de fuzis, metralhadoras, carros pipas e outros apetrechos de ataque [...]. Houve tropas embaladas nas ruas e praças, manifestantes revoltados a brandirem protestos, prisão de jornalistas, alguns tiros de revólveres e metralhadoras, jatos d'água atirados contra o público, carros repletos de civis armados à espera do momento de entrarem em ação. (*Jornal de Alagoas*, 31 mar. 1964: 1)

⁴ Devo à Antonio Luigi Negro a atenção para o fato de que essa aproximação e simpatia era a tradução de um “sentimento” no sentido conceitual de uma *estrutura de sentimento* conforme definição de Raymond Williams. Na composição do conceito de *estrutura de sentimento* cunhado por Williams, “**sentimento**’ é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de ‘visão de mundo’ ou ‘ideologia’. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que **estamos interessados em significados e, valores tal como são vividos e sentidos ativamente**, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis)”. (WILLIAMS, 1979: 134 (grifos nossos)) Ao se utilizar do termo “sentimento”, Williams pretende focar os “**elementos especificamente afetivos da consciência e das relações**”. Ele não faz uso de “sentimento” em contraposição ao “pensamento”. Fala de “**pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado**: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada”. Nessa perspectiva, o conceito de *estrutura de sentimento* possibilita dar conta do ainda não elaborado tanto no nível racional, no discurso articulado, quanto no nível da experiência social enquanto produtora de modificações e que, “embora sejam emergentes ou pré-emergentes, não têm de esperar definição, classificação ou racionalização antes de exercerem pressões palpáveis e fixarem limites efetivos à experiência e à ação”. (WILLIAMS, 1979: 134)

Como afirmou o historiador Geraldo de Majella Marques, em entrevista recentemente publicada, concordando e citando a tese de Moniz Bandeira (1973: 459-460), Alagoas teria sido configurada como uma cunha entre os estados de Pernambuco e Sergipe:

Em Sergipe o governador Seixas Dórea, era aliado do presidente João Goulart; Miguel Arraes de Alencar, governador de Pernambuco, era o mais importante aliado do presidente da República no Nordeste. Alagoas, governada por Luiz Cavalcante, passou a ser o campo avançado de apoio, fora do território pernambucano, dos conspiradores, inclusive dos norte-americanos. É bom lembrar que a Vila Kennedy, conjunto residencial, construído no Vergel do Lago com dinheiro da Aliança para o Progresso, foi inaugurado no dia 31 de março, e quem esteve em nome do embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, foi o diplomata Jack Kubish, coordenador da Aliança para o Progresso.

[...]

[Em Alagoas] a CIA financiou um exército de mercenários. Essa operação custou 100 milhões de cruzeiros, e o coordenador dessas ações era o secretário de Segurança Pública de Alagoas, coronel João Mendes de Mendonça. Foram armados 10.000 homens, treinados para a sabotagem e a luta de guerrilhas. O governador Luiz Cavalcante apoiava esse empreendimento, que contou com know-how da CIA. (MARQUES, acesso em: 11 abr. 2011).

As informações de Moniz Bandeira, baseadas em documentos (papéis diplomáticos dos EUA), discursos e depoimentos para o caso brasileiro e em jornais para o caso alagoano é corroborada por correspondência endereçada a Leonel Brizola na qual um trabalhador escreve da Conceição do Peixe, povoação situada entre os municípios de Flexeiras e São Luiz do Quitunde na região canavieira de Alagoas que abrigava uma usina de açúcar de mesmo nome. O trabalhador dá testemunho de que os usineiros e proprietários rurais estavam sendo armados e denuncia o fato ao deputado federal pedindo seu pronunciamento na tribuna da Câmara.

Na carta de cinco páginas dirigida a Leonel Brizola e que tem como tema principal a “formação de comandos nacionalistas” na localidade da Conceição do Peixe, o operário Antonio Tenório Lins, Torneiro Mecânico na Usina citada, aproveita a oportunidade para abordar outro assunto:

Aproveito esta oportunidade para abordar outro assunto, sobre o deputado Bilac Pinto.

Aquele parlamentar denunciou à nação que os sindicatos operários estavam recebendo armas. Posso informar, com absoluta segurança, que aqui nesta infeliz Alagoas, quem está recebendo armas são os usineiros. Nas casas grandes das usinas tem um verdadeiro arsenal de guerra.

Em vez de o presidente João Goulart, mandar [procurar/buscar (?)] as armas nos sindicatos como quer o Deputado Bilac Pinto, devia dar ordem ao Exército para fazer uma busca nas casas dos usineiros, que estão armados até os dentes, para massacrar camponeses e operários indefesos.

*V. Exa. também deve fazer esta denúncia da Tribuna da Câmara, é bastante não revelar meu nome e nem o lugar de onde veio a denúncia.
Eu sou um operário, trabalho como torneiro mecânico aqui na Usina do sogro do Deputado Federal Segismundo Andrade⁵. Sou pai de cinco filhos, já tenho a idade média com 42 primaveras, mas ainda tenho esperança [de] alcançar dias melhores⁶. (AEL, Brasil Nunca Mais, Anexo 7724)*

Antonio Tenório Lins orienta Brizola a encaminhar a correspondência em resposta à sua carta para o mesmo endereço do remetente ou endereça-la a João Ferreira da Silva, na Rua Faustino Silveira, n. 45, **em Bebedouro**. Mera coincidência ou mais um indício do processo de organização dos trabalhadores, para além da Praça da Matriz de Bebedouro, para além da “turma da praça”, para além do aparente e construído consenso da população em relação ao Golpe Civil-Militar.

O autor do artigo de opinião, com base apenas em suas memórias e em sua posição de classe e seus vínculos com seu grupo de convívio, deixa de levar em consideração que mesmo nos círculos que reuniam os opositores e articuladores do golpe contra o governo se acreditava no apoio de parcela considerável da população brasileira a Goulart, principalmente entre os trabalhadores e que concorrendo às eleições presidenciais em 1965, Goulart seria reeleito. Era o que demonstravam os dados colhidos através de uma “breve enquete” sobre a qual trata Antonio Luigi Negro em seu *Linhas de montagem*, com base na documentação do Nara II⁷:

Em 9 de abril, a rede de informações do cônsul norte-americano Bond detecta um traço negativo: o “sentimento pró-Jango entre as classes baixas”. Composto pelos poucos homens “bem informados” sobre o movimento conspirativo, um seletivo círculo da direita paulista fez breve enquete e concluiu que “eleições honestas” traria Goulart de volta à Presidência. Nas ditas classes baixas, ouvira-se “empregadas domésticas e operários” lamentando o “destino do pobre Jango”. (NEGRO, 2004: 232)

Não por acaso, a reação organizada contra o governo Goulart tinha que se fazer não apenas respeitando-se os processos político-eleitorais. Tendo em conta essa base social e os

⁵ Segismundo Gonçalves de Andrade, natural de Pão de Açúcar, era então Deputado Federal eleito pela UDN. Com a implantação do bipartidarismo elegeu-se novamente pela ARENA para a legislatura 1967-1971. Foi dirigente da Cia. Açucareira Climatério Sarmiento (Usina Conceição do Peixe). Cf. BARROS, 2005: 79 (tomo D)).

⁶ Corrigimos a grafia e preenchemos lacunas deixadas por palavras ausentes ou pouco visíveis no texto da carta. Quando houve mais dúvidas que certeza quanto ao que o autor quis expressar, mantivemos as palavras entre colchetes.

⁷ (National Archives and Records Administration II). Apud NEGRO, 2004: 232.

movimentos organizados dos trabalhadores a reação teria que se fazer sobre a base de ações militares e em Alagoas isso não se faria diferente, com a articulação da ação armada de “caça às bruxas”, desencadeada em Alagoas quando do início do andamento do golpe civil-militar. Na noite de terça-feira, 31 de março, o governador de Alagoas Luiz Cavalcante teria convocado seus auxiliares e resolvido divulgar nota oficial sobre a posição de seu governo acerca do movimento de Minas e iniciar ação policial para realizar a prisão dos “líderes esquerdistas, presidentes de sindicatos de subversão e agitadores interessados na desordem”. (*Jornal de Alagoas*, 4 abr. 1964: 6)

Os jornais davam conta de que a atitude tomada pelo governador fora elogiada, após o golpe, pela imprensa local e nacional, pois teria sido Alagoas o único estado nordestino em que o governo tomou uma posição clara em defesa do movimento “revolucionário” que destituiu o presidente Goulart, mesmo antes de aquele ter sido consolidado. (*Jornal de Alagoas*, 4 abr. 1964: 1; 6) Esta posição de vanguarda de Alagoas em relação aos demais estados do Nordeste é reivindicada pelo próprio Luiz Cavalcante em manifesto dirigido ao povo alagoano, onde escreve: “Devemos, nesta hora, ter orgulho de nossa Alagoas: embora pequena, foi a primeira, no Nordeste, a repudiar a comunização oficializada que se implantava neste País”. (*Jornal de Alagoas*, 4 abr. 1964: 1)

A imprensa divulgava que o governo do estado teve a situação dominada em poucas horas e que na sede do governo (no Palácio Floriano Peixoto) havia sido instalado o quartel de resistência de onde Luiz Cavalcante mantinha contatos com os “governadores e militares da rebelião democrática”. (*Jornal de Alagoas*, 4 abr. 1964: 1)

Tratou-se logo de realizar a captura e a prisão de todos os que o governo considerava e rotulava como “líderes comunistas”, “elementos de extrema-esquerda”, e a imprensa local deu ampla cobertura às primeiras ações de repressão. Segundo as notícias publicadas, os principais atingidos teriam sido o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), vários sindicatos a ele ligados, a União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFAL. Eram esses os “agitadores”, os partidários das ações do governo Goulart.

Dentre os sindicalistas, teriam sido presos, entre outros, Rolan Benamor (presidente do Sindicato dos Bancários e do CGT), Alan Rodrigues Brandão (funcionário da Petrobrás e

presidente do Sindicato de Extração de Petróleo), Rubem Colaço (presidente do Sindicato dos Motoristas e secretário do CGT), Jayme Miranda (líder do PCB e suplente de deputado estadual), Wilson Miranda (funcionário dos Correios e Telégrafos), Rubem Ângelo (advogado de sindicatos), Valter Pedrosa (acadêmico de engenharia e funcionário do DCT), José Gonçalves (presidente do Sindicato do Petróleo), Eteval Dantas (presidente do Sindicato dos Combustíveis e Minérios) e José Maria Biana⁸. (Jornal de Alagoas, 4 abr. 1964: 4; Jornal de Alagoas, 5 abr. 1964: 4; 8)

A ação contra os estudantes teria sido iniciada na noite de 2 de abril, quando a Casa do Estudante Universitário de Alagoas (CAEL) foi cercada pela polícia, que prendeu os “universitários extremistas” Jari Braga (estudante de direito e diretor do Restaurante Universitário) e Josenildo Ferreira (ex-presidente da UESA). (Jornal de Alagoas, 4 abr. 1964: 4) Os estudantes Ogelson Gama (presidente da UEEA), Mário César (presidente do DCE) (*Gazeta de Alagoas*, 3 abr. 1964: 4) e Etevaldo Balbino (presidente da UESA) (Jornal de Alagoas, 5 abr. 1964: 8) estavam foragidos e eram procurados pela polícia.

Pessoas ligadas ao movimento social no campo também foram presas. A exemplo de João Moura, a quem a imprensa atribuiu a liderança das “ligas camponesas”, preso em Rio Largo, (*Gazeta de Alagoas*, 5 abr. 1964: 4) e Miguel Bertoldo, que seria a ponte entre o CGT e os camponeses da região. (*Gazeta de Alagoas*, 5 abr. 1964: 8) A Miguel Bertoldo era atribuída a posse de uma “lista negra” com o nome de pessoas que deveriam ser fuziladas, caso fosse vitoriosa uma “revolução vermelha”. Especulava-se que os primeiros nomes da lista seriam o governador e o diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública. (*Gazeta de Alagoas*, 5 abr. 1964: 8)

A própria imprensa também foi atingida. A POLINTER-AL apreendeu “materiais subversivos” do jornal do PCB, *Voz do Povo*, que teve na ocasião suas instalações e máquinas quebradas por “populares entusiasmados”. A Rádio Progresso, de propriedade do deputado do PTB Ary Pitombo, foi fechada por estar transmitindo programas subversivos. Um de seus locutores, Jorge Lamenha Lins (o Marreco), que era também vereador da capital, foi detido no dia 1º de abril. O locutor Castro Filho, acusado de atacar, durante a programação da rádio, as

⁸ Mantenho aqui as funções exercidas por esses militante, conforme descritas pelo Jornal de Alagoas.

“autoridades democráticas” e fazer pregação subversiva juntamente com Ariel Pitombo (diretor da rádio), estaria foragido. (*Gazeta de Alagoas*, 3 abr. 1964: 4)

Os jornais davam conta de que teriam ocorrido muitas prisões de “elementos da extrema esquerda” e com isto considerava-se que a polícia já dominava o estado, “pressionando a ordem e eliminando possíveis focos de futuras agitações”. (*Gazeta de Alagoas*, 3 abr. 1964: 4)

Contudo, continuavam frequentes as notícias sobre as incursões da polícia às sedes de sindicatos e organizações estudantis a fim de realizar prisões e apreender “material subversivo”, a exemplo do que ocorreu com a sede da UESA, vasculhada pelo DOPS, que não encontrou nenhuma “propaganda subversiva”, (*Gazeta de Alagoas*, 3 abr. 1964: 4) e o Sindicato dos Portuários, considerado o “último foco de agitação”, onde foram apreendidos cartazes, faixas, livros etc. (*Gazeta de Alagoas*, 4 abr. 1964: 4) Como noticiado no jornal *Gazeta de Alagoas*, na sede deste sindicato estaria acontecendo, segundo denúncia anônima, uma “reunião subversiva”, o que teria provocado o deslocamento de uma guarnição da radiopatrulha ao local, que não conseguiu prender o “grupo de agitadores”, que pressentindo a presença da polícia, teria se esgueirado em fuga rumo à avenida Duque de Caxias [à beira mar, na orla urbana de Maceió], escapando da captura. (*Gazeta de Alagoas*, 4 abr. 1964: 4)

Ao contrário do afirmado por órgãos da imprensa que davam conta de que o governo do estado teve a situação dominada em poucas horas, a resistência dos trabalhadores foi persistente. A resistência dos trabalhadores se fez, mesmo após o golpe, com a permanência inclusive da greve dos portuários. (*Gazeta de Alagoas*, 4 abr. 1964: 4) Os trabalhadores portuários travaram demorada resistência, permanecendo em uma greve que durou algumas semanas após o golpe. Os trilhos da rede ferroviária que atravessavam a grande Maceió, partindo de Rio Largo, passando por Fernão Velho, Bebedouro e Bom Parto, continuavam conduzindo os trabalhadores até o Porto de Jaraguá.

O trem continuava a se fazer ouvir (mesmo quando não se queria a ele dar ouvidos); mas muitas vezes não se via ou não se queria enxergá-lo, a ele se viravam as costas, mesmo quando ele passava tão perto, a alguns poucos metros, por trás dos muros, nos fundos, nas laterais, à frente das Igrejas, como acontecia, por exemplo, em Rio Largo, em Fernão Velho, em Bom Parto, **em Bebedouro**.

Referências:

Arquivo Edgard Leuenroth, Brasil Nunca Mais, Anexo 7724, [Local: Conceição do Peixe; Data: 27/02/1964; Título: Carta à Leonel Brizola sobre a formação de comandos nacionalistas na referida localidade; Pág.: 5 ms.; Fonte: 266, v. 27, 5872; Classificação: G 11; 2] p. 2-4.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas*. Brasília, Senado Federal, 2005, tomo I.

CAMARGO, Aspásia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia (apresentação da primeira edição). In ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Gazeta de Alagoas. “A polícia preserva a ordem eliminando focos de agitação”. Maceió, 5 abr. 1964, p. 4.

Gazeta de Alagoas. “Jornal e rádio faziam pregação subversiva”. Maceió, 3 abr. 1964, p. 4.

Gazeta de Alagoas. “Polícia ainda está investigando as atividades de elementos extremistas”. Maceió, 5 abr. 1964, p. 8.

Gazeta de Alagoas. “Polícia continua à caça de agitadores comunistas: mais prisões e libertados outros”. Maceió, 4 abr. 1964, p. 4.

Gazeta de Alagoas. “Sindicato dos Portuários é o último foco de agitação comunista no Estado”. Maceió, 4 abr. 1964, p. 4.

Jornal de Alagoas, Maceió, 26 abr. 1963, p. 4.

Jornal de Alagoas, Maceió, 27 abr. 1963, p. 4.

Jornal de Alagoas. “A corajosa posição do governo de Alagoas”. Maceió, 4 abr. 1964, p. 1.

Jornal de Alagoas. “Alagoas liderou no Nordeste o Movimento pela sobrevivência da democracia: LC (Luiz Cavalcante) foi decisivo”. Maceió, 4 abr. 1964., p. 6.

Jornal de Alagoas. “Manifesto do Governador Luiz Cavalcante a Todos os Alagoanos”. Maceió, 4 abr. 1964, p. 1.

Jornal de Alagoas. Maceió, 31 mar. 1964, pp. 1.

Jornal de Alagoas. Maceió, 4 abr. 1964, p. 4.

Jornal de Alagoas. Maceió, 4 abr. 1964, p. 6.

Jornal de Alagoas. Maceió, 5 abr. 1964, p. 4.

Jornal de Alagoas. Maceió, 5 abr. 1964, p. 8.

MARQUES, Geraldo de Majella. O Golpe Militar, 47 anos depois. Maceió, [?] Entrevista concedida à Emília Bezerra. Disponível em <http://tudoglobal.com/geraldomajella/205/o-golpe-militar-47-anos-depois.html>. Acesso em 11 abr. 2011.

MENDONÇA, Ronald. "Um pouco de história". *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 05 fev. 2011. p. A4 (Opinião).

NEGRO, Antonio Luigi, *Linhas de Montagem: o industrialism nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*, São Paulo, Boitempo, 2004.

"Sobre a Organização Arnon de Mello". On-line. Disponível em: <http://www.oam.com.br/sobre.php>. Acesso em: 14 abr. 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.